

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/17003	25652/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - AQ.01.26.DMOSM_Aprovação da Adjudicação e Aprovação das Minutas dos 3 Contratos		
Unidade Administrativa		
DCP - UCE [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

ASSUNTO: AQ.01.26.DMOSM_ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS NA VIA PÚBLICA_Aprovação da adjudicação e aprovação das minutas dos 3 contratos.

O presente acordo-quadro será celebrado com as **três entidades selecionadas**, aquelas cujas propostas globais foram classificadas nas três primeiras posições no procedimento, por aplicação do critério de adjudicação, tendo sido selecionadas as três propostas economicamente mais vantajosas.

De acordo com a ordenação das propostas, a seleção das 3 entidades para celebração do acordo quadro, ao abrigo do qual se poderá, verificando-se essa necessidade, celebrar múltiplos contratos de empreitada de obras públicas, para a execução de diversos trabalhos de reparação da via pública, foi efetuada por critério do valor global mais baixo da proposta, sendo escolhidas as 3 propostas que apresentaram o preço global mais baixo dentro do universo das propostas rececionadas.

O acordo quadro, que se materializa num contrato de opção, terá por objeto a atribuição à entidade adjudicante do direito de celebrar, com cada uma das três entidades selecionadas, nos termos previstos no caderno de encargos, múltiplos contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas com o objeto supramencionado.

Face ao supra exposto, as entidades que foram selecionadas para celebração do acordo quadro, são as seguintes:

- DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A;



- **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A;**

- **EMPRESA DE CONSTRUÇÕES AMANDIO CARVALHO, S.A.**

Na sequência da classificação final das propostas, e considerando que os concorrentes **Domingos da Silva Teixeira, S.A., Alexandre Barbosa Borges, S.A., e Empresa de Construções Amândio Carvalho, S.A.**, obtiveram o 1.º, 2.º e 3.º lugar, respetivamente, encontram-se reunidas as condições para a sua seleção em conformidade com o caderno de encargos.

Nestes termos, submete-se para aprovação a adjudicação do presente acordo-quadro plural aos referidos concorrentes, nos termos do Relatório Final que se anexa.

Propõe-se ainda a aprovação das minutas dos 3 contrato em anexo.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Órgão competente para a decisão de contratar: **Câmara Municipal de Braga**

Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

Concurso Público: AQ.01.26.DMOSM

Contratação: empreitada de “ACORDO QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS NA VIA PÚBLICA”;

Valor global do acordo-quadro: €15.519.966,07 (quinze milhões, quinhentos e dezanove mil e novecentos e sessenta e seis euros e sete cêntimos).

Vigência do contrato: **4 anos**

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 15/05/2026, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor. A presente reunião destinou-se à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia (OJ S 62/2026 30/03/2026), e no Diário da República com o n.º 7914/2026, Parte L, II série, Número 62, de 30 de março de 2026. Os trabalhos tiveram como objetivos fundamentais: ponderar as observações submetidas pelos concorrentes em sede de audiência prévia; validar ou retificar a ordenação das propostas constante do relatório preliminar; e, por fim, formular a proposta de adjudicação e as respetivas formalidades legais decorrentes.



II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações. Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor a ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Preço
1.º	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	€12 181 879,53
2.º	ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	€12 949 729,79
3.º	EMPRESA DE CONSTRUÇÕES AMANDIO CARVALHO, S.A.	€13 097 000,36
4.º	JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A	€13 899 456,67
5.º	BETUFAM, LDA.	€13 970 198,15
6.º	PRODIGIPADRAO CONSTRUÇÃO LDA.	€14 993 544,03
7.º	M.COUTO ALVES, S.A.	€14 999 199,64
8.º	MARTINS & FILHOS, S.A.	€15 131 821,15



IV – ENTIDADES SELECIONADAS PARA CELEBRAÇÃO DO ACORDO QUADRO

De acordo com a ordenação das propostas, a seleção das 3 entidades para celebração do acordo quadro, ao abrigo do qual se poderá, verificando-se essa necessidade, celebrar múltiplos contratos de empreitada de obras públicas, para a execução de diversos trabalhos de reparação da via pública, foi efetuada por critério do valor global mais baixo da proposta, sendo escolhidas as 3 propostas que apresentaram o preço global mais baixo dentro do universo das propostas rececionadas.

O acordo quadro, que se materializa num contrato de opção, terá por objeto a atribuição à entidade adjudicante do direito de celebrar, com cada uma das três entidades selecionadas, nos termos previstos no caderno de encargos, múltiplos contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas com o objeto supramencionado.

Face ao supra exposto, as entidades que foram selecionadas para celebração do acordo quadro, são as seguintes:

- DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A:

- ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A;

- EMPRESA DE CONSTRUÇÕES AMANDIO CARVALHO, S.A.

V –ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

Na sequência da classificação final das propostas, e considerando que os concorrentes **Domingos da Silva Teixeira, S.A., Alexandre Barbosa Borges, S.A., e Empresa de Construções Amândio Carvalho, S.A.**, obtiveram o 1.º, 2.º e 3.º lugar, respetivamente, encontram-se reunidas as condições para a sua seleção em conformidade com o caderno de encargos. Nestes termos, o júri deliberou propor a adjudicação do presente acordo-quadro plural aos referidos concorrentes.

A presente adjudicação, por si só, não gera para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem tão pouco a atribuição de qualquer outro tipo de benefício económico.

V.I – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação aos respetivos adjudicatários e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.



Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, os adjudicatários serão igualmente notificados:

- Para apresentarem os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP, no prazo fixado;
- Para se pronunciarem sobre a minuta do contrato;
- Para prestarem caução.

I.2 – Caução

Nos termos do artigo 29.º do Programa do Procedimento e com vista ao exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com o acordo quadro, cada entidade adjudicatária deverá apresentar uma caução no valor €10.000,00 (dez mil euros), no prazo de dez dias úteis, a partir da notificação da adjudicação.

O modo de prestação da caução deverá obedecer a um dos modelos previstos no n.º 2 do artigo 90.º do *Código dos Contratos Públicos*.

I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 27.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 5 (cinco) dias úteis.

I.4 – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação das minutas, em anexo, do contrato a celebrar com cada adjudicatário.

I.5 – Anúncio da adjudicação

Nos termos do artigo 78.º n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*, a entidade adjudicante deve proceder à publicitação da adjudicação no Jornal Oficial da união Europeia (JOUE), no prazo de 30 dias após a celebração do contrato.

15 de maio de 2026

O Júri do Procedimento,

Em anexo: Minuta dos Contratos; Relatório Preliminar.



MINUTA / CONTRATO DE ACORDO-QUADRO N.º AQ.01.26.DMOSM

ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS NA VIA PÚBLICA

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **João Vasconcelos Barros Rodrigues**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Contraente Público**»;

E

Segunda: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA S.A, com sede na rua de Pitancinhos, 4711-911 Palmeira, Braga, pessoa coletiva n.º 501489126, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 11 de março de 2026, o contraente público, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: AQ.01.26.DMOSM**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19.º e dos artigos 251.º a 258.º todos do *Código dos Contratos Públicos*, destinado à celebração de um “Acordo-Quadro” para a execução de obras em pavimentos na via pública”.
- b) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de , o contraente público adjudicou, nos termos definidos no referido relatório final e no artigo 6.º do programa do procedimento, ao mencionado empreiteiro o *acordo quadro* objeto do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a presente *minuta do contrato*, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*;



- c) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público na execução e cumprimento do presente do presente *acordo quadro*; _____
- d) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do *acordo quadro*, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos; _____

___É celebrado o presente *acordo quadro*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. _____

Artigo 1.º
(Objeto do acordo quadro)

___1. O presente contrato tem por objeto a celebração de um *acordo quadro* ao abrigo do qual se pretende celebrar contratos de empreitada de obras públicas, **para a execução de obras em pavimentos na via pública**, nos termos e condições do caderno de encargos, bem como da proposta do empreiteiro que integra a lista de preços; _____

___2. Pelo presente instrumento, o empreiteiro atribui ao contraente público, o *direito de opção* concretizado no artigo 2.º do presente *acordo quadro*; _____

___3. O presente acordo quadro é celebrado com "*várias entidades*", nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos. _

Artigo 2.º
(Direito de opção)

___1. Com a celebração deste *acordo quadro*, o empreiteiro atribui ao contraente público, o direito de concluir vários contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas, nos termos dos artigos 30.º a 33.º do programa do procedimento, que terão, por sua vez, por objeto a execução de obras de manutenção e conservação na via publica; _____

___2. As empreitadas de obras públicas a que se refere o número anterior compreenderão, no todo ou em parte, a execução dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do caderno de encargos, por aplicação das quantidades que vierem a ser identificadas nas notificações de adjudicação, aos preços correspondentes à proposta do empreiteiro; _____

___3. Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o *direito de opção* a que alude o n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos de empreitada optativos; _____

___4. O exercício do *direito de opção* pelo contraente público determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos) de empreitada; _____



___5. A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 3.º

(Contratos de empreitada optativos ao abrigo do acordo quadro)

___1. A conclusão de contratos ao abrigo do *acordo quadro* terá como sujeito a parte que outorgou o acordo quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade;_____

___2. Da celebração dos contratos de empreitada tem por objeto a execução, no todo ou em parte, dos trabalhos identificados no Anexo VI do programa do procedimento, não podendo resultar alterações substanciais das condições consagradas no *acordo quadro*, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3, do *Código dos Contratos Públicos*, o que expressamente se ressalva;_____

___3. A celebração dos contratos de empreitada obedecerão à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º, do *Código dos Contratos Públicos*;_____

Artigo 4.º

(Local das obras)

___Os trabalhos de empreitada ao abrigo do *acordo quadro*, serão executados no concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 5.º

(Vigência do acordo quadro)

___1. O *acordo quadro* será celebrado pelo prazo de **4 (quatro) anos**, sem prejuízo do disposto nos números seguintes._____

___2. O *acordo quadro* caducará imediatamente após a celebração do contrato optativo de empreitada de obras públicas cujo preço contratual, acumulado com o preço dos contratos já celebrados, atinja o valor fixado na cláusula 4.ª das cláusulas gerais do *caderno de encargos*._____

___3. O cálculo indicado no número anterior considerará o somatório dos preços contratuais, nos termos previstos no artigo 97.º do *Código dos Contratos Públicos*, independentemente do cocontratante._____

Artigo 6.º

(Preço)

___1. Com a celebração do presente *acordo quadro* o empreiteiro atribui ao contraente público o direito de opção a título gratuito, razão pela qual este



instrumento, por si só, não gera para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem tão pouco a atribuição de qualquer outro tipo de benefício económico;_____

___2. Os preços unitários que integram o âmbito deste *acordo quadro* são os que foram oferecidos pelo presente empreiteiro na respetiva proposta;_____

Artigo 7.º
(Caução)

___1. O empreiteiro prestou caução, na modalidade_____,
no montante de € 10.000,00 (dez mil euros), para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente *acordo quadro*, e, simultaneamente, com a conclusão de todos os contratos de empreitada a adjudicar ao abrigo do *acordo quadro*._____

___2. A caução manter-se-á válida até ao termo de vigência do acordo quadro e até que o contraente público, declare, por escrito, a cessação de todas as obrigações assumidas pelo empreiteiro._____

___3. O contraente público pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, no caso de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais do empreiteiro._____

___4. A libertação da caução será realizada nos termos constantes das cláusulas gerais do caderno de encargos._____

Artigo 8.º
(Denúncia do acordo quadro)

___A entidade adjudicante poderá livremente denunciar o *acordo quadro* decorridos 6 (seis) meses de vigência, mediante notificação escrita dirigida ao empreiteiro com a antecedência de 15 (quinze) dias contados da data pretendida para a cessação de efeitos, nos termos do artigo 15.º do programa do procedimento, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifique._____

Artigo 9.º
(Invalidade parcial)

___Se alguma das disposições deste *acordo quadro* vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 10.º
(Despesas do acordo quadro)

___1. Todas as despesas com a celebração do presente *acordo quadro* serão da responsabilidade do empreiteiro._____



___2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas resultantes da prestação da caução assim como o pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 11.º

(Obrigações gerais do cocontratante)

___Constituem obrigações do cocontratante do *acordo quadro*:_____

___a) Executar os contratos de empreitada que lhe forem adjudicados ao abrigo do *acordo quadro*;_____

___b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;_____

___c) Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos no caderno de encargos._____

Artigo 12.º

(Incumprimento do acordo quadro)

___1. O incumprimento pelo cocontratante das obrigações que lhe estão fixadas no acordo quadro ou nos contratos celebrados ao seu abrigo confere à entidade adjudicante o direito à *resolução do acordo quadro*._____

___2. Considera-se existir incumprimento definitivo quando designadamente se verifique uma das seguintes situações:_____

___a) A recusa, expressa ou tácita, de outorga de qualquer contrato de empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

___b) O incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de empreitada (optativo), sem qualquer justificação aceite pela entidade adjudicante;_____

___c) A mora no cumprimento do prazo de execução de uma qualquer empreitada em medida igual a 1/3 do prazo contratual;_____

___d) O incumprimento definitivo pelo empreiteiro adjudicatário, por qualquer outra causa, de qualquer empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

___e) O incumprimento, por parte do empreiteiro adjudicatário, em sede de execução dos contratos celebrados ao abrigo do *acordo quadro*, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;_____

___f) Oposição reiterada do empreiteiro adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;_____

___g) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas à entidade adjudicante;_____

___h) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho._____



___3. O exercício do *direito de resolução* previsto no n.º 1 do presente artigo terá lugar mediante notificação a dirigir ao cocontratante, da qual constarão os motivos que fundamentam o incumprimento._____

___4. Em caso de resolução com fundamento em incumprimento culposo do cocontratante constituir-se-á este na obrigação de indemnizar a entidade adjudicante pelos prejuízos sofridos, em montante que se pré-líquida em € 10.000,00 (dez mil euros)._____

___5. Havendo lugar à responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas ao abrigo de qualquer contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro, sem prejuízo do direito da entidade adjudicante executar a caução prestada a seu favor._____

___6. Caso a caução prestada pelo cocontratante não assegure o ressarcimento da entidade adjudicante, ditado pela aplicação do n.º 4 do presente normativo, poderá este proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do *Código Civil*.

___7. A indemnização prevista no n.º 4 será cumulada com a(s) que terá(ão) eventualmente lugar e decorrente(s) do incumprimento do(s) contrato(s) optativo(s) de empreitada(s) de obras públicas._____

___8. O disposto nos números precedentes não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada._____

Artigo 13.º

(Cessão da posição contratual)

___1. O dono da obra pode impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, nos termos previstos no artigo 318.º - A do *Código dos Contratos Públicos*, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

___2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

___3. A cessão da posição contratual por parte do cocontratante depende de autorização prévia, por escrito, por parte da entidade adjudicante e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 318.º do *Código dos Contratos Públicos*.

___4. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a cessão da posição contratual entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a cessão entre entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as



sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

___5. A apresentação, por parte do cocontratante, do pedido de autorização de cessão da posição contratual não suspende a normal execução do *acordo quadro*, permanecendo o requerente integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

___6. A entidade adjudicante autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

Artigo 14.º
(Subcontratação)

___1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 318.º do referido *Código*._____

___2. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a subcontratação de trabalhos entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a subcontratação de entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

___3. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 15.º
(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

___1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

___2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

___3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha



acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.

___4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

___5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

___6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

___a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

___b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

___c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

___d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

___e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

___f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____



___g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

___7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

___8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

___9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 16.º
(Gestor do contrato)

___1. O dono da obra designa o Eng. **Carlos Rodrigues** como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

___2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

___3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 17.º
(Comunicações e notificações)

___1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

___2. Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

___a) *Primeira outorgante* e aqui dono da obra:

___b) *Segunda outorgante* e aqui empreiteiro:

___3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____



___4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem sucedido._____

___5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Artigo 18.º
(Legislação aplicável)

___Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros._____

Artigo 19.º
(Foro competente)

___Para resolução de todos os litígios decorrentes do *acordo quadro* fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 20.º
(Entrada em vigor)

___O presente *acordo quadro* entra em vigor na data da sua assinatura._____

___Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Contraente Público,

Pelo Empreiteiro,

(João Vasconcelos Barros Rodrigues)

(.....)



MINUTA / CONTRATO DE ACORDO-QUADRO N.º AQ.01.26.DMOSM

ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS NA VIA PÚBLICA

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **João Vasconcelos Barros Rodrigues**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Contraente Público**»;

E

Segunda: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA., com sede no lugar de Martim de Além, freguesia de Martim, concelho de Barcelos, 4755-307 Martim, pessoa coletiva n.º 500553408, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 11 de março de 2026, o contraente público, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: AQ.01.26.DMOSM**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19.º e dos artigos 251.º a 258.º todos do *Código dos Contratos Públicos*, destinado à celebração de um “Acordo-Quadro” para a execução de obras em pavimentos na via pública”.
- b) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de , o contraente público adjudicou, nos termos definidos no referido relatório final e no artigo 6.º do programa do procedimento, ao mencionado empreiteiro o *acordo quadro* objeto do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a presente *minuta do contrato*, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*;



- c) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público na execução e cumprimento do presente do presente *acordo quadro*; _____
- d) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do *acordo quadro*, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos; _____

___É celebrado o presente *acordo quadro*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. _____

Artigo 1.º
(Objeto do acordo quadro)

___1. O presente contrato tem por objeto a celebração de um *acordo quadro* ao abrigo do qual se pretende celebrar contratos de empreitada de obras públicas, **para a execução de obras em pavimentos na via pública**, nos termos e condições do caderno de encargos, bem como da proposta do empreiteiro que integra a lista de preços; _____

___2. Pelo presente instrumento, o empreiteiro atribui ao contraente público, o *direito de opção* concretizado no artigo 2.º do presente *acordo quadro*; _____

___3. O presente acordo quadro é celebrado com "*várias entidades*", nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos. _

Artigo 2.º
(Direito de opção)

___1. Com a celebração deste *acordo quadro*, o empreiteiro atribui ao contraente público, o direito de concluir vários contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas, nos termos dos artigos 30.º a 33.º do programa do procedimento, que terão, por sua vez, por objeto a execução de obras de manutenção e conservação na via publica; _____

___2. As empreitadas de obras públicas a que se refere o número anterior compreenderão, no todo ou em parte, a execução dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do caderno de encargos, por aplicação das quantidades que vierem a ser identificadas nas notificações de adjudicação, aos preços correspondentes à proposta do empreiteiro; _____

___3. Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o *direito de opção* a que alude o n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos de empreitada optativos; _____

___4. O exercício do *direito de opção* pelo contraente público determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos) de empreitada; _____



___5. A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 3.º

(Contratos de empreitada optativos ao abrigo do acordo quadro)

___1. A conclusão de contratos ao abrigo do *acordo quadro* terá como sujeito a parte que outorgou o acordo quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade;_____

___2. Da celebração dos contratos de empreitada tem por objeto a execução, no todo ou em parte, dos trabalhos identificados no Anexo VI do programa do procedimento, não podendo resultar alterações substanciais das condições consagradas no *acordo quadro*, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3, do *Código dos Contratos Públicos*, o que expressamente se ressalva;_____

___3. A celebração dos contratos de empreitada obedecerão à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º, do *Código dos Contratos Públicos*;_____

Artigo 4.º

(Local das obras)

___Os trabalhos de empreitada ao abrigo do *acordo quadro*, serão executados no concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 5.º

(Vigência do acordo quadro)

___1. O *acordo quadro* será celebrado pelo prazo de **4 (quatro) anos**, sem prejuízo do disposto nos números seguintes._____

___2. O *acordo quadro* caducará imediatamente após a celebração do contrato optativo de empreitada de obras públicas cujo preço contratual, acumulado com o preço dos contratos já celebrados, atinja o valor fixado na cláusula 4.ª das cláusulas gerais do *caderno de encargos*._____

___3. O cálculo indicado no número anterior considerará o somatório dos preços contratuais, nos termos previstos no artigo 97.º do *Código dos Contratos Públicos*, independentemente do cocontratante._____

Artigo 6.º

(Preço)

___1. Com a celebração do presente *acordo quadro* o empreiteiro atribui ao contraente público o direito de opção a título gratuito, razão pela qual este



instrumento, por si só, não gera para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem tão pouco a atribuição de qualquer outro tipo de benefício económico;_____

___2. Os preços unitários que integram o âmbito deste *acordo quadro* são os que foram oferecidos pelo presente empreiteiro na respetiva proposta;_____

Artigo 7.º
(Caução)

___1. O empreiteiro prestou caução, na modalidade_____, no montante de € 10.000,00 (dez mil euros), para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente *acordo quadro*, e, simultaneamente, com a conclusão de todos os contratos de empreitada a adjudicar ao abrigo do *acordo quadro*._____

___2. A caução manter-se-á válida até ao termo de vigência do acordo quadro e até que o contraente público, declare, por escrito, a cessação de todas as obrigações assumidas pelo empreiteiro._____

___3. O contraente público pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, no caso de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais do empreiteiro._____

___4. A libertação da caução será realizada nos termos constantes das cláusulas gerais do caderno de encargos._____

Artigo 8.º
(Denúncia do acordo quadro)

___A entidade adjudicante poderá livremente denunciar o *acordo quadro* decorridos 6 (seis) meses de vigência, mediante notificação escrita dirigida ao empreiteiro com a antecedência de 15 (quinze) dias contados da data pretendida para a cessação de efeitos, nos termos do artigo 15.º do programa do procedimento, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifique._____

Artigo 9.º
(Invalidade parcial)

___Se alguma das disposições deste *acordo quadro* vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 10.º
(Despesas do acordo quadro)

___1. Todas as despesas com a celebração do presente *acordo quadro* serão da responsabilidade do empreiteiro._____



___2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas resultantes da prestação da caução assim como o pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 11.º

(Obrigações gerais do cocontratante)

___Constituem obrigações do cocontratante do *acordo quadro*:_____

___a) Executar os contratos de empreitada que lhe forem adjudicados ao abrigo do *acordo quadro*;_____

___b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;_____

___c) Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos no caderno de encargos._____

Artigo 12.º

(Incumprimento do acordo quadro)

___1. O incumprimento pelo cocontratante das obrigações que lhe estão fixadas no acordo quadro ou nos contratos celebrados ao seu abrigo confere à entidade adjudicante o direito à *resolução do acordo quadro*._____

___2. Considera-se existir incumprimento definitivo quando designadamente se verifique uma das seguintes situações:_____

___a) A recusa, expressa ou tácita, de outorga de qualquer contrato de empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

___b) O incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de empreitada (optativo), sem qualquer justificação aceite pela entidade adjudicante;_____

___c) A mora no cumprimento do prazo de execução de uma qualquer empreitada em medida igual a 1/3 do prazo contratual;_____

___d) O incumprimento definitivo pelo empreiteiro adjudicatário, por qualquer outra causa, de qualquer empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

___e) O incumprimento, por parte do empreiteiro adjudicatário, em sede de execução dos contratos celebrados ao abrigo do *acordo quadro*, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;_____

___f) Oposição reiterada do empreiteiro adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;_____

___g) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas à entidade adjudicante;_____

___h) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho._____



___3. O exercício do *direito de resolução* previsto no n.º 1 do presente artigo terá lugar mediante notificação a dirigir ao cocontratante, da qual constarão os motivos que fundamentam o incumprimento._____

___4. Em caso de resolução com fundamento em incumprimento culposo do cocontratante constituir-se-á este na obrigação de indemnizar a entidade adjudicante pelos prejuízos sofridos, em montante que se pré-líquida em € 10.000,00 (dez mil euros)._____

___5. Havendo lugar à responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas ao abrigo de qualquer contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro, sem prejuízo do direito da entidade adjudicante executar a caução prestada a seu favor._____

___6. Caso a caução prestada pelo cocontratante não assegure o ressarcimento da entidade adjudicante, ditado pela aplicação do n.º 4 do presente normativo, poderá este proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do *Código Civil*.

___7. A indemnização prevista no n.º 4 será cumulada com a(s) que terá(ão) eventualmente lugar e decorrente(s) do incumprimento do(s) contrato(s) optativo(s) de empreitada(s) de obras públicas._____

___8. O disposto nos números precedentes não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada._____

Artigo 13.º

(Cessão da posição contratual)

___1. O dono da obra pode impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, nos termos previstos no artigo 318.º - A do *Código dos Contratos Públicos*, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

___2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

___3. A cessão da posição contratual por parte do cocontratante depende de autorização prévia, por escrito, por parte da entidade adjudicante e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 318.º do *Código dos Contratos Públicos*.

___4. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a cessão da posição contratual entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a cessão entre entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as



sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

___5. A apresentação, por parte do cocontratante, do pedido de autorização de cessão da posição contratual não suspende a normal execução do *acordo quadro*, permanecendo o requerente integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

___6. A entidade adjudicante autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

Artigo 14.º
(Subcontratação)

___1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 318.º do referido *Código*._____

___2. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a subcontratação de trabalhos entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a subcontratação de entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

___3. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 15.º
(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

___1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

___2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

___3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha



acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.

___4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

___5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

___6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

___a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

___b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

___c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

___d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

___e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

___f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____



___g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

___7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

___8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

___9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 16.º
(Gestor do contrato)

___1. O dono da obra designa o Eng. **Carlos Rodrigues** como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

___2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

___3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 17.º
(Comunicações e notificações)

___1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

___2. Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

___a) *Primeira outorgante* e aqui dono da obra:

___b) *Segunda outorgante* e aqui empreiteiro:

___3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____



___4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem sucedido._____

___5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Artigo 18.º
(Legislação aplicável)

___Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros._____

Artigo 19.º
(Foro competente)

___Para resolução de todos os litígios decorrentes do *acordo quadro* fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 20.º
(Entrada em vigor)

___O presente *acordo quadro* entra em vigor na data da sua assinatura._____

___Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Contraente Público,

Pelo Empreiteiro,

(João Vasconcelos Barros Rodrigues)

(.....)



MINUTA / CONTRATO DE ACORDO-QUADRO N.º AQ.01.26.DMOSM

ACORDO-QUADRO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS EM PAVIMENTOS NA VIA PÚBLICA

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **João Vasconcelos Barros Rodrigues**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Contraente Público**»;

E

Segunda: EMPRESA DE CONSTRUÇÕES AMANDIO CARVALHO, S.A, com sede na Avenida Carlos Bacelar, 174, 4761-922 Vila Nova de Famalicão, pessoa coletiva n.º 501428119, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Barcelos sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 11 de março de 2026, o contraente público, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: AQ.01.26.DMOSM**, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 19.º e dos artigos 251.º a 258.º todos do *Código dos Contratos Públicos*, destinado à celebração de um “Acordo-Quadro” para a execução de obras em pavimentos na via pública”.
- b) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de , o contraente público adjudicou, nos termos definidos no referido relatório final e no artigo 6.º do programa do procedimento, ao mencionado empreiteiro o *acordo quadro* objeto do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a presente *minuta do contrato*, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*;



- c) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público na execução e cumprimento do presente do presente *acordo quadro*; _____
- d) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do *acordo quadro*, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos; _____

___É celebrado o presente *acordo quadro*, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. _____

Artigo 1.º
(Objeto do acordo quadro)

___1. O presente contrato tem por objeto a celebração de um *acordo quadro* ao abrigo do qual se pretende celebrar contratos de empreitada de obras públicas, **para a execução de obras em pavimentos na via pública**, nos termos e condições do caderno de encargos, bem como da proposta do empreiteiro que integra a lista de preços; _____

___2. Pelo presente instrumento, o empreiteiro atribui ao contraente público, o *direito de opção* concretizado no artigo 2.º do presente *acordo quadro*; _____

___3. O presente acordo quadro é celebrado com "*várias entidades*", nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 252.º do *Código dos Contratos Públicos*. _

Artigo 2.º
(Direito de opção)

___1. Com a celebração deste *acordo quadro*, o empreiteiro atribui ao contraente público, o direito de concluir vários contratos (optativos) de empreitadas de obras públicas, nos termos dos artigos 30.º a 33.º do programa do procedimento, que terão, por sua vez, por objeto a execução de obras de manutenção e conservação na via publica; _____

___2. As empreitadas de obras públicas a que se refere o número anterior compreenderão, no todo ou em parte, a execução dos trabalhos identificados no **Anexo VI** do caderno de encargos, por aplicação das quantidades que vierem a ser identificadas nas notificações de adjudicação, aos preços correspondentes à proposta do empreiteiro; _____

___3. Ficará na exclusiva disponibilidade do contraente público exercer o *direito de opção* a que alude o n.º 1 do presente artigo e, com isso, determinar a conclusão dos contratos de empreitada optativos; _____

___4. O exercício do *direito de opção* pelo contraente público determina *ipso facto* a conclusão dos contratos (optativos) de empreitada; _____



___5. A celebração de qualquer contrato de empreitada ao abrigo do acordo quadro constitui opção unilateral do contraente público, não ficando, por isso, obrigado à celebração de qualquer contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 255.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 3.º

(Contratos de empreitada optativos ao abrigo do acordo quadro)

___1. A conclusão de contratos ao abrigo do *acordo quadro* terá como sujeito a parte que outorgou o acordo quadro, não podendo neles estar implicada qualquer outra entidade;_____

___2. Da celebração dos contratos de empreitada tem por objeto a execução, no todo ou em parte, dos trabalhos identificados no Anexo VI do programa do procedimento, não podendo resultar alterações substanciais das condições consagradas no *acordo quadro*, sem prejuízo do disposto no artigo 257.º, n.º 3, do *Código dos Contratos Públicos*, o que expressamente se ressalva;_____

___3. A celebração dos contratos de empreitada obedecerão à disciplina prevista no caderno de encargos, que se conforma com o disposto no artigo 258.º, do *Código dos Contratos Públicos*;_____

Artigo 4.º

(Local das obras)

___Os trabalhos de empreitada ao abrigo do *acordo quadro*, serão executados no concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 5.º

(Vigência do acordo quadro)

___1. O *acordo quadro* será celebrado pelo prazo de **4 (quatro) anos**, sem prejuízo do disposto nos números seguintes._____

___2. O *acordo quadro* caducará imediatamente após a celebração do contrato optativo de empreitada de obras públicas cujo preço contratual, acumulado com o preço dos contratos já celebrados, atinja o valor fixado na cláusula 4.ª das cláusulas gerais do *caderno de encargos*._____

___3. O cálculo indicado no número anterior considerará o somatório dos preços contratuais, nos termos previstos no artigo 97.º do *Código dos Contratos Públicos*, independentemente do cocontratante._____

Artigo 6.º

(Preço)

___1. Com a celebração do presente *acordo quadro* o empreiteiro atribui ao contraente público o direito de opção a título gratuito, razão pela qual este



instrumento, por si só, não gera para o contraente público, a obrigação de pagar qualquer preço por mor de tal atribuição, nem tão pouco a atribuição de qualquer outro tipo de benefício económico;_____

___2. Os preços unitários que integram o âmbito deste *acordo quadro* são os que foram oferecidos pelo presente empreiteiro na respetiva proposta;_____

Artigo 7.º
(Caução)

___1. O empreiteiro prestou caução, na modalidade_____, no montante de € 10.000,00 (dez mil euros), para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente *acordo quadro*, e, simultaneamente, com a conclusão de todos os contratos de empreitada a adjudicar ao abrigo do *acordo quadro*._____

___2. A caução manter-se-á válida até ao termo de vigência do *acordo quadro* e até que o contraente público, declare, por escrito, a cessação de todas as obrigações assumidas pelo empreiteiro._____

___3. O contraente público pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, no caso de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais do empreiteiro._____

___4. A libertação da caução será realizada nos termos constantes das cláusulas gerais do caderno de encargos._____

Artigo 8.º
(Denúncia do acordo quadro)

___A entidade adjudicante poderá livremente denunciar o *acordo quadro* decorridos 6 (seis) meses de vigência, mediante notificação escrita dirigida ao empreiteiro com a antecedência de 15 (quinze) dias contados da data pretendida para a cessação de efeitos, nos termos do artigo 15.º do programa do procedimento, caso venha a constatar que a manutenção do mesmo já não apresenta virtualidades económicas ou procedimentais que o justifique._____

Artigo 9.º
(Invalidade parcial)

___Se alguma das disposições deste *acordo quadro* vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 10.º
(Despesas do acordo quadro)

___1. Todas as despesas com a celebração do presente *acordo quadro* serão da responsabilidade do empreiteiro._____



___2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas resultantes da prestação da caução assim como o pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 11.º

(Obrigações gerais do cocontratante)

___Constituem obrigações do cocontratante do *acordo quadro*:_____

___a) Executar os contratos de empreitada que lhe forem adjudicados ao abrigo do *acordo quadro*;_____

___b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a execução dos trabalhos adjudicados ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;_____

___c) Não alterar as condições de execução contratual fora dos casos previstos no caderno de encargos._____

Artigo 12.º

(Incumprimento do acordo quadro)

___1. O incumprimento pelo cocontratante das obrigações que lhe estão fixadas no acordo quadro ou nos contratos celebrados ao seu abrigo confere à entidade adjudicante o direito à *resolução do acordo quadro*._____

___2. Considera-se existir incumprimento definitivo quando designadamente se verifique uma das seguintes situações:_____

___a) A recusa, expressa ou tácita, de outorga de qualquer contrato de empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

___b) O incumprimento do prazo para a outorga de qualquer contrato de empreitada (optativo), sem qualquer justificação aceite pela entidade adjudicante;_____

___c) A mora no cumprimento do prazo de execução de uma qualquer empreitada em medida igual a 1/3 do prazo contratual;_____

___d) O incumprimento definitivo pelo empreiteiro adjudicatário, por qualquer outra causa, de qualquer empreitada adjudicada ao abrigo do *acordo quadro*;_____

___e) O incumprimento, por parte do empreiteiro adjudicatário, em sede de execução dos contratos celebrados ao abrigo do *acordo quadro*, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;_____

___f) Oposição reiterada do empreiteiro adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;_____

___g) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas à entidade adjudicante;_____

___h) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho._____



___3. O exercício do *direito de resolução* previsto no n.º 1 do presente artigo terá lugar mediante notificação a dirigir ao cocontratante, da qual constarão os motivos que fundamentam o incumprimento._____

___4. Em caso de resolução com fundamento em incumprimento culposo do cocontratante constituir-se-á este na obrigação de indemnizar a entidade adjudicante pelos prejuízos sofridos, em montante que se pré-líquida em € 10.000,00 (dez mil euros)._____

___5. Havendo lugar à responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas ao abrigo de qualquer contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro, sem prejuízo do direito da entidade adjudicante executar a caução prestada a seu favor._____

___6. Caso a caução prestada pelo cocontratante não assegure o ressarcimento da entidade adjudicante, ditado pela aplicação do n.º 4 do presente normativo, poderá este proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 847.º do *Código Civil*.

___7. A indemnização prevista no n.º 4 será cumulada com a(s) que terá(ão) eventualmente lugar e decorrente(s) do incumprimento do(s) contrato(s) optativo(s) de empreitada(s) de obras públicas._____

___8. O disposto nos números precedentes não obsta a que a entidade adjudicante exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada._____

Artigo 13.º

(Cessão da posição contratual)

___1. O dono da obra pode impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, nos termos previstos no artigo 318.º - A do *Código dos Contratos Públicos*, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

___2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

___3. A cessão da posição contratual por parte do cocontratante depende de autorização prévia, por escrito, por parte da entidade adjudicante e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 318.º do *Código dos Contratos Públicos*.

___4. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a cessão da posição contratual entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a cessão entre entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as



sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

___5. A apresentação, por parte do cocontratante, do pedido de autorização de cessão da posição contratual não suspende a normal execução do *acordo quadro*, permanecendo o requerente integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

___6. A entidade adjudicante autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

Artigo 14.º
(Subcontratação)

___1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 318.º do referido *Código*._____

___2. Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, será ainda vedada a subcontratação de trabalhos entre as três entidades selecionadas ao abrigo do presente processo de *acordo quadro* e às quais se celebra relação contratual neste âmbito, incluindo a subcontratação de entidades especialmente relacionadas com os dois restantes selecionados, nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo._____

___3. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 15.º
(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

___1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

___2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

___3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha



acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.

___4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

___5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

___6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

___a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

___b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

___c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

___d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

___e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

___f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____



___g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

___7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

___8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

___9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 16.º
(Gestor do contrato)

___1. O dono da obra designa o Eng. **Carlos Rodrigues** como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

___2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

___3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 17.º
(Comunicações e notificações)

___1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

___2. Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

___a) *Primeira outorgante* e aqui dono da obra:

___b) *Segunda outorgante* e aqui empreiteiro:

___3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____



___4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem sucedido._____

___5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Artigo 18.º
(Legislação aplicável)

___Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no *Código dos Contratos Públicos* e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros._____

Artigo 19.º
(Foro competente)

___Para resolução de todos os litígios decorrentes do *acordo quadro* fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 20.º
(Entrada em vigor)

___O presente *acordo quadro* entra em vigor na data da sua assinatura._____

___Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Contraente Público,

Pelo Empreiteiro,

(João Vasconcelos Barros Rodrigues)

(.....)

